

Desfecho previsível

Rogério L. Furquim Werneck*

Não faltará quem retruque, como Billy Wilder, que “visão retrospectiva é sempre perfeita” (*Hindsight is always twenty/twenty*). Mas a verdade é que não há como alegar surpresa. Só não viu quem não quis. A desastrosa “flexibilização” do teto de gastos era perfeitamente previsível. Um desfecho mais do que esperado de meses de esgarçamento do controle do Ministério da Economia sobre a política econômica.

Rememorar como tal esgarçamento se deu ajuda a perceber que a “flexibilização” do teto é uma agenda em aberto. Não há como ter ilusões. A escalada de descontrole fiscal ainda está longe do fim.

Em maio de 2020, temendo ser apeado do cargo, o presidente Bolsonaro decidiu contratar com o Centrão um seguro básico contra impeachment, sem que isso em nada ajudasse o avanço do programa de reformas. Na verdade, as medidas de ajuste fiscal de mais fôlego aventadas pela equipe econômica no ano passado – gatilhos, reforma administrativa, privatização – foram sistematicamente solapadas no nascedouro pelo próprio Planalto.

O ministro da Economia terminou o ano alegando que não ter havido nem prorrogação do auxílio emergencial nem criação de programa substituto tinha sido um sinal importante de compromisso do governo com a consolidação fiscal. Por modesta que fosse, a comemoração se revelaria precipitada. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), foi premonitório. Advertiu em dezembro que era preciso aguardar o que faria o Congresso. “Tudo isso será motivo de reflexão a partir de fevereiro”.

Apreensivo com a perspectiva de ter de lidar com mais um ano de pandemia, Bolsonaro partiu para nova fuga para frente. Dobrou a aposta no Centrão, comprando novo seguro contra impeachment, bem mais caro que o anterior, para garantir a “blindagem” do presidente, mesmo em cenários mais adversos de evolução da pandemia. Desdobrou-se para que Arthur Lira assumisse o controle da Câmara.

No início do ano, exacerbaram-se os temores de que o presidente pudesse rasgar a fantasia, e abandonar de vez seu suposto compromisso com a agenda de política econômica liberal. Já em janeiro, Bolsonaro decidiu demitir o presidente do Banco do Brasil, por ter anunciado redução no quadro de funcionários da instituição. E, em fevereiro, demitiu o presidente da Petrobrás, por insensibilidade pelos interesses dos caminhoneiros.

Os dois episódios impuseram constrangedora perda de face ao ministro da Economia e sério comprometimento de sua credibilidade. Alarmado com a evolução de sua popularidade, Bolsonaro decidiu “entrar (para valer) na política econômica”, adiantando que “se tiver de errar, quero pagar pelos meus erros”.

Em meados do ano, já saltava aos olhos a escalada de dificuldades que vinha sendo enfrentada pela condução da política econômica. Fragilizado como estava, o governo perdera ascendência sobre o bloco parlamentar que supostamente lhe dava apoio. Embora matérias de seu interesse acabassem sendo aprovadas pelo Congresso, a aprovação passara a ser à moda do Centrão. O governo já não tinha como impedir que fossem brutalmente desfiguradas.

Basta ter em mente os episódios do orçamento secreto, da pilhagem da privatização da Eletrobrás e da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com amplo espaço para reedição do orçamento secreto, em 2022, e triplicação do financiamento público de partidos políticos nas eleições do ano que vem.

A entrega da “alma do governo” ao Centrão, com a nomeação de Ciro Nogueira para a Casa Civil, em agosto, eliminou em poucas semanas qualquer dúvida que ainda se pudesse ter sobre a farra fiscal que vinha sendo tramada para o ano que vem.

Consolidada a aliança do Centrão com o próprio Bolsonaro e todo o resto do ministério, o ministro da Economia não teve como resistir. Concordou com a “flexibilização” do teto, na vã esperança de que os danos da perda da âncora fiscal possam ser contidos. Um fim melancólico para uma regra de contenção de gastos que, aos trancos e barrancos, vinha funcionando surpreendentemente bem.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.